



DIÁRIOS OFICIAIS - UNIÃO e ESTADO Acompanhamento – 13/09/2024

POLÍTICA AGRÍCOLA

[RESOLUÇÃO BCB Nº 410, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024.](#) DOU, pg 102.

Altera a Resolução BCB nº 278, de 31 de dezembro de 2022, que regulamenta a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, em relação ao capital estrangeiro no país, nas operações de crédito externo e de investimento estrangeiro direto, bem como a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.

[RESOLUÇÃO Nº 13, DE 9 DE setembro DE 2024.](#) DOU, pg 18.

Aprova a destinação de terras públicas federais ao Ministério dos Povos Indígenas - MPI e Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, para fins de reconhecimento de direitos territoriais dos povos indígenas, e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, para a regularização fundiária.

[RESOLUÇÃO Nº 14, DE 9 DE setembro DE 2024.](#) DOU, pg 18.

Aprova a destinação de terras públicas federais ao Ministério dos Povos Indígenas - MPI e Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, para fins de reconhecimento de direitos territoriais dos povos indígenas, e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, para declaração de interesse social para fins de criação de Projetos de Assentamentos.

[DECRETO Nº 1.042, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024.](#) DOE, pg 1.

Homologa Situação de Emergência por Estiagem no Município de Cáceres - MT.

[CONVOCAÇÃO CODEM.](#) DOE, pg 34.

Convoco a 32ª Reunião Extraordinária do CODEM, que será realizada na sexta-feira, dia 20 de setembro de 2024, às 09h, por videoconferência na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC.

DEFESA AGRÍCOLA

[DECISÃO Nº 82, DE 11 DE SETEMBRO DE 2024.](#) DOU, pg 3.

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa D&PL Brasil Ltda., do Brasil, das seguintes cultivares de soja (Glycine max (L.) Merr.), com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Equipe Técnica de Política Agrícola